

Diário do Legislativo de 18/09/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATA

2.1 - 181ª Reunião Extraordinária

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2096/2001

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, e 1993, de 24/04/2001, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Sargento Rodrigues, a vigorar a partir de 19/09/01, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2095, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações :

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete II	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo de Gabinete II	AL-36
Assistente de Gabinete I	AL-24
Assistente de Gabinete	AL-23
Secretário de Gabinete II	AL-20



Secretário de Gabinete I	AL-19
Auxiliar de Gabinete II	AL-15
Auxiliar de Gabinete II	AL-15
Motorista	AL-10
Atendente de Gabinete II	AL-07
Atendente de Gabinete I	AL-06
Agente de Serviço de Gabinete	AL-01
Agente de Serviço de Gabinete	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de setembro 2001.

Antônio Júlio, Presidente – Alberto Pinto Coelho – Ivo José – Olinto Godinho – Mauri Torres – Wanderley Ávila – Álvaro Antônio.

ATA

ATA DA 181ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 13/9/2001

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento nº 2.128/2001; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Requerimento nº 2.155/2001; aprovação - Requerimento nº 2.283/2001; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Requerimento nº 2.287/2001; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Questão de Ordem - Requerimento nº 2.303/2001; discurso do Deputado João Leite; aprovação - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nºs 269/99; discurso de Deputado Miguel Martini; encerramento da discussão; aprovação - Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.050, 1.124, 1.172 e 1.322/2000; aprovação - 2ª Fase: Questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de quórum para votação; chamada para recomposição de quórum; inexistência de quórum para votação - Suspensão e reabertura da reunião - Questão de Ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adatao - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, no Plenário, do Prof. Steve Wrigley, Diretor Internacional do Carl Vinson Institute of Government, da Universidade da Geórgia, que está acompanhado de servidores das Assembléias Legislativas de Pernambuco, do Paraná e de Minas Gerais.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de requerimentos e de pareceres.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 2.128/2001, da Comissão de Educação, solicitando informações ao Reitor da UEMG sobre a disponibilidade financeira da instituição e a prioridade de sua aplicação para o ano de 2001. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, que receberam parecer pela aprovação. Os

Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.128/2001 com as Emendas nºs 1 e 2. Oficie-se.

Requerimento nº 2.155/2001, da Comissão de Justiça, que solicita ao Secretário do Planejamento informações sobre o ITER, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 2.283/2001, do Deputado Dinis Pinheiro, solicitando ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais informações referentes ao efetivo da PM inativa, além de outras que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.283/2001 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 2.287/2001, do Deputado Rogério Correia, que solicita ao DER-MG a íntegra do contrato firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Nova Lima para a execução da segunda etapa das obras de duplicação da Rodovia MG-030. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 2.287/2001 com as Emendas nºs 1 e 2. Oficie-se.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, antes de votar o último requerimento, fiz ontem duas questões de ordem. O Deputado Wanderley Ávila, que presidia a sessão, respondeu-nos que vários requerimentos foram apreciados pela Mesa e seriam colocados na pauta. Oito requerimentos meus estão na Mesa desde abril, maio, junho, para receber parecer.

Aproveitando a presença do ex-Presidente Deputado Anderson Aduato, quero dizer que, desde a sua Presidência, levantamos essa questão de ordem sobre a morosidade da tramitação dos requerimentos nesta Casa. Quando o requerimento é aprovado, de modo geral, o tempo já passou, aquela informação já não tem nenhuma importância. Isso protege, única e exclusivamente, o Poder Executivo.

Queremos saber, pela terceira vez, porque os nossos oito requerimentos ainda não foram colocados na pauta. Peço uma revisão dessa dinâmica, desse processo legislativo em relação aos requerimentos em que a Mesa Diretora dos trabalhos concentra todo o poder de colocar na pauta ou não, dar parecer ou não. E os parlamentares, principalmente nós, da Oposição, ficamos prejudicados no intuito de prestar o serviço de fiscalizar, de esclarecer a opinião pública.

Hoje, nenhum órgão público se interessa em responder a um requerimento. Secretários são convocados e não comparecem, Presidentes de fundações e autarquias estão exercendo mandato sem sequer terem sido sabatinados, descumprindo a Constituição do Estado de Minas Gerais, em emenda de minha autoria e de vários colegas que a aprovaram.

Neste novo momento do Poder Legislativo, é bom começarmos a verificar a possibilidade - meu gabinete está estudando isso - de estabelecer prazo e que o requerimento não tivesse, necessariamente, que passar pela Mesa Diretora dos trabalhos, pudesse ser votado diretamente, no Plenário. Democracia é isso, a maioria decidiu que o requerimento é pertinente, que se aprove e se cumpra, e há um prazo de 10 a 20 dias para responder, comparecer a esta Casa e prestar os esclarecimentos.

Ontem, consegui aprovar um requerimento de março ou abril, em que solicitava as razões dos reajustes da COPASA e da CEMIG. Ora, já passou o momento. Houve uma denúncia de que havia clínicas de aborto próximas à Assembléia Legislativa, e, numa das audiências públicas, uma representante de uma organização da sociedade disse que todos sabiam disso.

Fiz o requerimento, mas parece que, seis ou sete meses depois, foi aprovado. Oito ou dez meses depois, veio a resposta da Polícia Civil e da Secretaria da Segurança Pública, mas não esclareceu nem informou nada.

É o momento de esta Casa tomar nova postura, porque a sociedade o exige. Um dos assuntos graves é esse; a Mesa da Assembléia Legislativa não, necessariamente, tem de dar parecer, ou se atenha a um prazo máximo para emití-lo, para que o Plenário decida se a matéria é pertinente ou não. Que todo fórum de debate seja neste Plenário e ele soberanamente decida o que convém ou não, para que possamos cumprir o nosso papel. Do contrário, não vale a pena ser parlamentar neste Estado.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Miguel Martini que todas as suas apreensões fazem parte do nosso pacote da Casa Legislativa.

Requerimento nº 2.303/2001, da Comissão de Administração Pública, solicitando ao Comandante-Geral da PMMG informações sobre os processos de licitação e contrato firmado com a empresa CITEROL, para fornecer fardamento e acessórios aos militares, bem como o envio de toda a documentação pertinente ao assunto durante os últimos dez anos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de saber qual a data de apresentação desse requerimento, quando iniciou-se a sua tramitação na Assembléia Legislativa e de quando é a decisão da Mesa. Essas duas informações são importantes para votarmos esse requerimento. Quero saber as datas de apresentação do requerimento por parte da Comissão de Administração Pública e do parecer da Mesa.

O Sr. Presidente - Esta Presidência informa ao Deputado João Leite que ele foi aprovado na Comissão de Administração Pública no dia 30/5/2001, publicado no "Diário do Legislativo" no dia 7/6/2001, e o parecer foi publicado no dia 13/9/2001.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, agradeço a leitura das datas e corroboro com o posicionamento do Deputado Miguel Martini. Creio que V. Exa. já responde dizendo que isso faz parte das preocupações da Mesa. É algo apresentado em maio e votado em uma comissão da Assembléia. Entendemos que não é possível a Comissão de Administração esperar tanto tempo para ter uma informação tão importante para o seu trabalho. Queria reforçar a posição do Deputado Miguel Martini e sei que é compartilhada por V. Exa. e por outros Deputados. Acho fundamental a Assembléia fazer uma reavaliação dessa dinâmica e desse processo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 269/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Elói Mendes o imóvel que menciona. Em discussão, o parecer. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, a cada votação de doação de imóvel, vamos levantar essa questão na Casa. Quantos imóveis possui o Estado de Minas Gerais? Não sabemos. É fundamental que esta Casa tenha as informações a respeito do patrimônio do Estado. E se esses imóveis forem terrenos que estão sendo utilizados por alguém da iniciativa privada? E isso é patrimônio do povo de Minas. Já formalizamos pedido de informação nesse sentido, mas não conseguimos obter resposta. Espero que esse pacote de reformas inclua isso, para que a Casa tenha um verdadeiro controle da coisa pública em Minas Gerais, quer do patrimônio público, quer de outras atividades do Estado. A sociedade cobra o resgate de atuarmos como um Poder fiscalizador. Obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)

Aprovado. À sanção.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.050/2000, do Deputado Ivo José, que cria o Programa de Incentivo à Apicultura do Estado de Minas Gerais - PROMEL - e dá outras providências; 1.124/2000, do Deputado João Batista de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.172/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 12.644, de 17/10/97; 1.322/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que menciona à Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG. (- À sanção.)

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, percebemos que os Deputados provavelmente estejam na Casa, mas não em Plenário, e pediríamos a V. Exa. que fizesse a recomposição do quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados, que, somados aos 5 que se encontram em reuniões de comissões, perfazem 29 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda a nova chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Responderam à chamada 32 Deputados. Não há quórum para votação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 4º do art. 249 do Regimento Interno, vai suspender a reunião por 15 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Estamos aqui para discutir o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.840, de minha autoria, mas, lamentavelmente, não temos quórum qualificado, tendo em vista que os Deputados encontram-se em várias reuniões de comissões. Estou justificando a todos os servidores da educação, da função pública; realmente, esse veto está na pauta, mas é matéria constitucional, e é necessário quórum qualificado, razão pela qual não iremos discutir nem votar o veto. Mesmo assim, quero agradecer a presença dos servidores e dizer que estamos buscando, efetivamente, garantir os seus direitos constitucionais. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 282ª reunião ordinária, EM 18/9/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.818, que dispõe sobre a notificação ao órgão executivo de trânsito do conteúdo das decisões proferidas pelas instâncias administrativas ou judiciais sobre os feitos relativos a infrações às leis de trânsito e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado novo relator em Plenário, o Deputado Agostinho Patrús opinou pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.835, que acrescenta os §§ 18 e 19 ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.819, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 12.989, de 30/7/98, que altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 67, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 127 e pela rejeição do veto ao inciso XIV do art. 67, ao inciso II do art. 119 e ao art. 147.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.827, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.840, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.739/2001, da Mesa da Assembléia, que consolida as normas que disciplinam a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e dispõe sobre o pagamento a eles de parcelas indenizatórias. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.392/2001, do Deputado Wanderley Ávila, que declara o trecho mineiro do rio São Francisco, de sua nascente até a divisa com o Estado da Bahia, patrimônio paisagístico e turístico do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Turismo.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 79ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 18/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.183 e 1.213/2000, do Governador do Estado; 1.554/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.583/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.585/2001, do Deputado Marco Régis; 1.634/2001, do Deputado José Milton; 1.680/2001, da Deputada Maria José Hauelsen; 1.688/2001, do Deputado Luiz Menezes; Projeto de Lei Complementar nº 42/2001, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 18/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.513/2001, do Deputado Pinduca Ferreira; 2.518/2001, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 2.528/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 2.536 a 2.539/2001, do Deputado Arlen Santiago; 2.540/2001, do Deputado Chico Rafael; 2.542, 2.543/2001, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 2.547/2001, do Deputado Ailton Vilela; 2.550 a 2.557/2001, do Deputado Bilac Pinto.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 85ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.185/2000, do Deputado Chico Rafael.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.541/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 2.560/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Finalidade: discutir, a pedido do Deputado Edson Rezende, a questão das comunidades atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, no vale do Jequitinhonha.

Convidados: Srs. José Adércio Leite Sampaio, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais; Marcelo Resende de Souza, representante do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER-; Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da CEMIG; Carlos Alves Moura, Presidente da Fundação Cultural Palmares; José Francisco da Cruz, representante da Associação dos Atingidos pela Barragem de Irapé; Maria de Lourdes Borges, representante da Associação Remanescente do Quilombo Boa Sorte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da comissão Especial do Esporte, a realizar-se às 9h30min do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 70ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14 horas do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 806/2000, do Deputado Rogério Correia; 1.421/2001, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 26/2000, do Deputado Edson Rezende.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.488/2001, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.544/2001, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.549/2001, do Deputado Bené Guedes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Resolução nº 1.538/2001, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.570/2001, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.516 e 2.525/2001, do Deputado João Batista de Oliveira; 2.526/2001, do Deputado Sebastião Costa; 2.530/2001, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 44ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.512/2001, do Deputado Chico Rafael.

Finalidade: apreciar matéria constante da pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 18 de setembro de 2001, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.818, que dispõe sobre a notificação ao órgão de executivo de trânsito do conteúdo das decisões proferidas pelas instâncias administrativas ou judiciais sobre os efeitos relativos a infrações às leis de trânsito e dá outras providências; 14.835, que acrescenta os §§ 18 e 19 ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.819, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 12.989, de 30/7/98, que altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75; 14.827, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura do Estado; 14.840, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências, e à Proposição de Lei Complementar nº 67, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; do Projeto de Resolução nº 1.739/2001, da Mesa da Assembléia, que consolida as normas que disciplinam a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e dispõe sobre o pagamento ao eles de parcelas indenizatórias, e do Projeto de Lei nº 1.392/2001, do Deputado Wanderley Ávila, que declara o trecho mineiro do rio São Francisco, de sua nascente até a divisa com o Estado da Bahia, patrimônio paisagístico e turístico do Estado e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de setembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Elbe Brandão, Geraldo Rezende, José Milton e Marco Régis, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/9/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2001.

Glycon Terra Pinto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Elbe Brandão, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/9/2001, às 15 horas, no Espaço Cultural de Nova Lima, na Rua Getúlio Vargas nº 144, para tratar do grave problema dos trabalhadores da Mina de Morro Velho portadores de silicose. Convidados: Srs. Nedens Ulisses Freire Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Desembargador Murilo José Pereira, Corregedor-Geral de Justiça do Estado; Vítor Penido de Barros, Prefeito Municipal de Nova Lima; Sérgio André da Fonseca Xavier, Diretor do Foro da Comarca de Nova Lima, e Vereador Jaconias Gomes de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2001.

Edson Rezende, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/9/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.013, de 2001, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

nomeando Maria Aparecida Bicalho Marques para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Sérgio Pinto Madaleno para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas.

Na data de 5/9/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pelas Deliberações da Mesa nºs 2087 e 2096, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues

exonerando Jovanildo Edson Rodrigues do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando Milton Batista Figueredo do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

exonerando Sílvio Henrique B. Bravo do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

exonerando Gilberto de Assis Dias do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Jovanildo Edson Rodrigues para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36, 8 horas;

nomeando Gilberto de Assis Dias para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24, 8 horas;

nomeando Milton Batista Figueredo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, AL-41, 8 horas.

ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 1.764/2001

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/9/2001, na pág. 38, col. 1, após o anexo, acrescente-se o seguinte despacho:

"- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.".